

Produtos florestais não madeireiros: produção e comercialização da castanha-do-pará no Brasil

João Gilberto Meza Ucella Filho ¹; Ageu da Silva Monteiro Freire ²; Jaltieri Bezerra de Souza ²; Maryelle Campos Silva²; Leoclécio Luis de Paiva²; Tatiane Kelly Barbosa de Azevêdo²; Bruna Rafaella Ferreira da Silva¹

¹ Programa de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia da Madeira / Universidade Federal de Lavras; ² Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais/ UFRN

Resumo: O objetivo do trabalho foi avaliar a produção e comercialização do PFNM castanha-do-pará no Brasil. Os dados foram obtidos por meio de levantamentos bibliográficos realizados em sites institucionais como: Ministério da indústria, comércio exterior e serviços (Mdic), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e artigos científicos sobre a produção da castanha-do-pará no Brasil. Houve um decréscimo na quantidade de toneladas produzidas entre os anos de 2012 a 2014. Houve uma queda na produção entre os anos de 2015 e 2016, mas o valor de produção segue crescendo, passando de 107,4 milhões para 110,1 milhões de reais. A castanha-do-pará em 2017 ocupou o 57º lugar no ranking nas exportações dos produtos básicos e o 349º no ranking dos principais produtos exportados. Conforme a quantidade do produto exportado cai, o valor exportado acompanha esse declínio. Contudo, são necessários mais incentivos que aumentem a produção do produto, dado a relevância dele no âmbito nacional.

Palavras-chave: Amazônia, Lecythydaceae, Extrativismo, Castanha.

Non-timber forest products: production and commercialization of the pará chestnut in Brazil

Abstract: Exploitation in native forest produces about 40% to 60% of waste for every 1 m³ of logwood. In Amazonia, there is a high waste of fallen tree waste during the exploration, a problem caused by several factors. In this sense, the energetic characterization emerges as an alternative to assist the local economy, diversifying and valuing also the use of native forests. Therefore, the objective of this work was to perform the energetic charcoal characterization of residues from the base and the branch of (*Couatari* sp.). What was observed with the accomplishment of this work is that the twig of the species presented the same energetic potential as the base, when the characterization of the material was carried out. There were no differences between all evaluated characteristics, except between the base and branch densities.

Keywords: Amazon, Lecythydaceae, Extractivism, Castanha.

1. INTRODUÇÃO

Produtos florestais não-madeireiros (PFNM), são todos produtos florestais que não sejam madeira, como entre outros, folhas, frutos, flores, sementes e resinas, sendo classificados em dois grandes grupos: o de coleta não destrutiva e o de coleta destrutiva, onde o primeiro acarreta na manutenção da floresta, gerando menores impactos ambientais (MACHADO, 2008; FIEDLER; SOARES; SILVA, 2010).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que aproximadamente 80% das pessoas de países em desenvolvimento utilizam os PFNM para complementar suas rendas e suprir suas necessidades nutricionais (FAO, 1995). O extrativismo dos

recursos florestais no Brasil, ainda se dar na maior parte por famílias próximas ao local (MACIEL et al., 2010), onde as cooperativas e associações comunitárias são uma grande estratégia para a população local, gerando retorno financeiro e aumento de renda (BENTES-GAMA, 2005).

Entre os PFNM mais importantes no Brasil, está a castanha-do-pará ou Castanha do Brasil, que é oriunda da espécie *Bertholletia excelsa*, que pertence à família Lecythidaceae, formando populações denominadas de castanhais que ocorrem naturalmente na região amazônica (PRANCE; MORI, 1979). As árvores são de grande porte, possuindo um ciclo de vida longo com grande ocupação do dossel na floresta (MORI; PRANCE, 1990).

Atualmente a castanha-do-pará está entre os produtos mais exportados do Brasil (BRASIL, 2018), e a extração e processamento das castanhas sustentam uma grande parte da população em muitos locais da Amazônia, sendo relevante para a renda de várias comunidades locais, onde ao mesmo tempo que gera retorno econômico ocasiona também a conservação da floresta (SALOMÃO et al., 2006). A amêndoa representa 48% da semente, tendo um bom rendimento no fruto, constituindo uma grande fonte protéica (15,60%) e lipídica (61,00%) (FERREIRA et al., 2006), e o alto teor nutritivo da castanha faz com que ela seja utilizada na alimentação da população local, como exemplo, ela é inserida na merenda escolar na região (CARDARELLI; OLIVEIRA, 2000).

Diante disto, o objetivo do trabalho foi avaliar a produção e comercialização da castanha do Pará no Brasil.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo teve como método a pesquisa descritiva, com base documental e de abordagem predominantemente quantitativa, baseado em documentos de instituições públicas.

Os dados foram obtidos por meio de levantamentos bibliográficos e documentais, realizados em sites institucionais como: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e artigos científicos sobre a produção da castanha-do-pará no Brasil.

3. RESULTADOS

3.1 Quantidades produzidas

Produção, em toneladas, da castanha-do-pará do ano de 2012 a 2016 se encontra representada na Figura 1. Enquanto que a quantidade produzida deste produto nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amapá e Roraima nos anos de 2012 a 2016 (Tabela 1).

Figura 1. Histórico de produção nacional de castanha-do-pará em toneladas anuais. Fonte:

PEVS/IBGE. Organização dos autores.

Estados	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Acre	14.088	13.599	13.684	14.038	8.742	64.151
Amazonas	10.478	11.785	12.901	13.983	14.945	64.092
Pará	10.449	9.023	6.903	7.967	6.866	41.208
Mato Grosso	-	1.596	1.524	2.082	-	5.202
Rondônia	1.521	1.689	1.854	1.944	1.870	8.878
Amapá	-	438	466	473	-	1.377
Roraima	-	171	166	155	-	492

Tabela 1. Quantidade de castanha-do-pará produzida e participação dos sete maiores estados produtores nos anos de 2012 a 2016 em toneladas. Fonte: PEVS/IBGE. Organização dos autores.

3.2 Valor da produção

Comportamento do valor de produção da castanha-do-pará, em milhões de reais, entre os anos de 2012 e 2016, sendo os anos de 2015 e 2016 os mais representativos (Figura 2).

Figura 2. Evolução dos valores de produção da castanha-do-pará ao longo dos anos de 2012 a 2016. Fonte: PEVS/IBGE. Organização dos autores.

3.3 Exportações da castanha-do-pará

Os valores de exportação em milhões de reais, por quilo do produto e em toneladas entre os anos de 2016 e 2017 estão apresentados na tabela 2. O comportamento dos valores em milhões de reais, quantidade de toneladas exportado e o preço por quilo entre os anos de 2012 e 2016 estão representados na figura 3.

Tabela 2. Valores das exportações da castanha-do-pará entre 2016 e 2017. Fonte: Mdic (2018). Organização dos autores.

Ano 2016/2017	Valor	Varição
Exportações (milhões US\$)	11,96	-21%
Exportações (toneladas)	4.288,23	-49,50%
Preço do quilo (US\$ FOB)	2,789	56,70%

Figura 3. Evolução dos valores, quantidade do produto e preço por quilo da exportação da castanha-do-pará entre os anos de 2012 a 2016. Fonte: Mdic (2018). Organização dos autores.

4. DISCUSSÃO

4.1 Quantidades produzidas

Ponderando os dados das quantidades de castanha-do-pará, produzida no Brasil, ao longo dos anos analisados é perceptível um decréscimo na quantidade de toneladas produzidas entre os

anos de 2012 a 2014, passando de 38.805 a 37.499 toneladas ao ano. Após esse declínio, houve um crescimento na produção no ano de 2015 (40.643 toneladas), seguido por uma nova redução no total de toneladas produzidas, chegando a 34.664 toneladas em 2016. Isso significou uma redução de 14,7% na produção nacional entre os anos de 2015 e 2016.

Os estados responsáveis por parte significativa da produção da castanha-do-pará estão situados na Região Norte, porém o estado do Mato Grosso apresenta uma expressiva produção desse PFNM alimentício. Os sete estados brasileiros que detêm a maior produção da castanha-do-pará são: Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amapá e Roraima. O Acre e o Amazonas apresentaram crescimento constante até o ano de 2015, esse quadro mudou em 2016 quando o estado do Acre reduziu sua produção drasticamente, passando de 14.038 para 8.742 toneladas. Em contrapartida o estado do Amazonas superou a sua produção, apresentando um ganho de 6,88% no ano de 2016 comparado com o ano anterior.

4.2 Valor de produção

Toda oscilação da produção da castanha-do-pará não é percebida quando relacionamos com os dados dos valores anuais da produção. No mesmo recorte de tempo (2012-2016) observamos a tendência de crescimento, em que o valor anual passa de 68,4 milhões para 107,4 milhões de reais, entre os anos de 2012 a 2015.

É pertinente analisar que apesar de ocorrer uma queda na produção entre os anos de 2015 e 2016, o valor de produção segue crescendo, passando de 107,4 milhões para 110,1 milhões de reais. Esse incremento foi ocasionado por uma queda de safra que ocorreu em 2016, devido ao baixo índice de chuvas na região. De acordo com produtores do estado do Acre a lata que era comercializada por R\$ 38 passou a custar R\$50 (FULGÊNCIO, 2016). Essa alta no preço da comercialização do produto garantiu um alto valor de produção no referido ano.

4.3 Exportações da castanha-do-Pará

A castanha-do-pará é um produto nacional bastante exportado, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), em 2017 o produto ocupou o 57º lugar no ranking nas exportações dos produtos básicos e o 349º no ranking dos principais produtos exportados, o que representa 0,01% da participação nas exportações dos produtos básicos. Ainda segundo o Minc o valor total exportando em 2017 foi inferior ao total do ano anterior, gerando uma queda de quase 50% das exportações em toneladas de castanha-do-pará, o que só não gerou um impacto maior, pois o preço do quilo do produto subiu, equilibrando o valor gerado pela exportação.

Conforme dados do Mdic, os maiores importadores da castanha-do-pará em 2017 foram o

Peru (35%), Estados Unidos (22%), Bolívia (9,8%), Tunísia (6,9%), Austrália (5,8%), Coreia do Sul (5,5%) e os Emirados Árabes Unidos (3,4%). Os estados brasileiros responsáveis pelas exportações nesse mesmo ano foram o Acre (38,9%), Pará (35,6%), Amazonas (10,6%), São Paulo (8,86%) e Rondônia (5,71%), os estados do Rio de Janeiro e o Maranhão também exportaram, mas com quantidades insignificantes.

Nota-se também que quando a quantidade do produto exportado cai, o valor exportado acompanha esse declínio, mesmo que haja uma alteração no valor do preço do quilo.

5. CONCLUSÃO

O ano de 2015 apresentou como sendo o período a qual a castanha-do-pará atingiu maior patamar, comparado com os anos de 2012 a 2016 relacionado ao histórico da produção. O valor da produção aumentou no ano de 2015 e mantendo-se no ano de 2016 mesmo em condições de queda da safra.

Esse PFMN mostra sua relevância na economia nacional, sendo necessários mais incentivos que impulsionem mais o seu crescimento, tornando-o importante para a conservação da espécie e fornecendo mais retorno financeiro para as comunidades da região.

6. REFERÊNCIAS

BENTES-GAMA MM. Importância de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) para a economia regional (Série Embrapa. Circular Técnica). Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2005.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações florestais. 2018. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/copy-of-comercio>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CARDARELLI, H. R.; OLIVEIRA, A. J. Conservação do leite de Castanha-do-Brasil. Sci. Agríc., v.57, p. 617- 622, 2000.

FAO. Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry. FAO technical papers - Series Non Wood Forest Products, 7. Roma: FAO, 127p, 1995.

FERREIRA ES, LUCIEN VG, AMARAL ASM, SILVA CS. Caracterização físico-química da amêndoa, torta e composição de dos ácidos graxos majoritários do óleo bruto da Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*). Alimentos e nutrição, v. 17, p. 203-208, 2006.

FULGÊNCIO, C. Com queda da Safra preço da castanha sobe 31% no interior do AC. 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://glo.bo/1MVThTd>>. Acesso em: 28/06/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção da extração vegetal e da silvicultura – PEVS. [Online] Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28/06/2018.

MACIEL RCG, REYDON BP, COSTA JA, SALES GO. Pagando pelos Serviços Ambientais: Uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes. Acta Amazonica, v. 40, p. 489-498, 2010.

MACHADO FS. 2008. Manejo de produtos florestais não madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. PESACRE and CIFOR, Rio Branco.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Comex Vis: Principais Produtos Exportados. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis>>. Acesso em: 28/06/2018.

MORI SA, PRANCE GT. Taxonomy, ecology and economic botany of the Brazil nut (*Bertholletia excelsa*, Humb & Bonpl: Lecythidaceae). Advances in Economic Botany, v. 8, p. 130-150, 1990.

PRANCE GT, MORI AS. Lecythidaceae - Part I: The actinomorphic flowered New World Lecythidaceae. Flora Neotropica, v. 21, p. 1-270, 1979.

SALOMÃO RPNA, ROSA AF, CASTILHO KAC, MORAIS. Castanheira-do-brasil recuperando áreas degradadas e provendo alimento e renda para as comunidades da Amazônia setentrional. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, v: 2, n: 1, p. 65-78, 2006.

